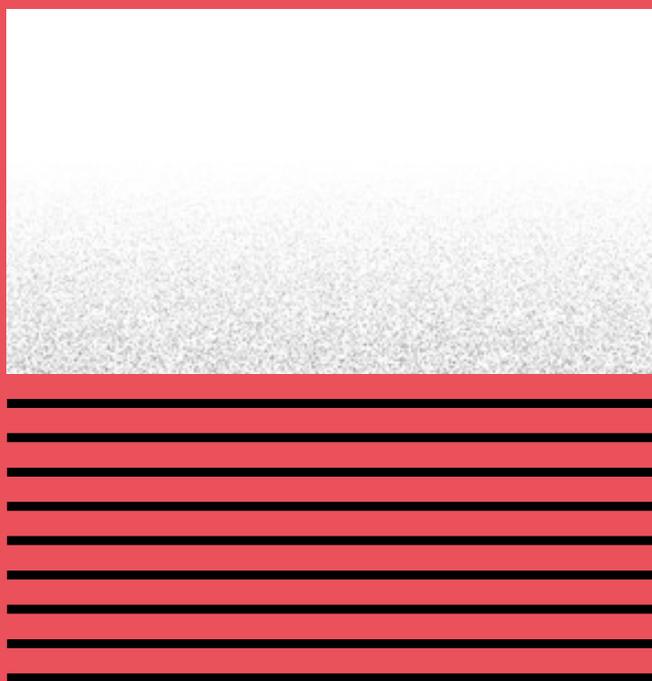


caderno

textos para
a 7.^a edição



mostra internacional
de cinema anti-racista

micar

caderno

textos para
a 7.^a edição

mostra internacional
de cinema anti-racista

micar

4 Introdução

- 13 **“Pretuguês/pretuguês” — breves notas sobre o papel do racismo na construção histórica de um não-lugar de fala**
Ana Raquel Matias · Paulo Feytor Pinto
- 21 **Racismo Estrutural: Lutas e Resistência e Reexistência dos Povos Indígenas**
Ana Regina Barbosa Spinardi · Yara Macuxi · Cristino Wapichana · Antônio Cláudio Moreira Costa
- 29 **Racismo sistêmico: as complexidades de um desafio estrutural e coletivo**
Angella Graça · Karin Gomes
- 35 **Antirracismo e mitologias imperiais**
Bruno Sena Martins
- 41 **Quem tem direito à imagem?**
Carla Fernandes
- 45 **A negação do racismo em Portugal: um imaginário colonial em loop**
Cláudia Castelo
- 49 **Continuidades (Pós-)Coloniais: Racismo, Desigualdade e Cidadania**
Elsa Peralta · Morgane Delaunay · Bruno Góis
- 59 **Danço, logo existo**
Duo A Mamanus
- 63 **Invisibilidades**
Helena Ferro de Gouveia
- 67 **Notas para um filme sobre o racismo sistêmico em Portugal**
João Figueiredo
- 75 **Do futuro para o passado**
José Pedro Monteiro
- 81 **Blackface e o resgate de obras historicamente racistas no streaming**
Levi Caiqueira Ferreira
- 87 **Boa sessão de cinema anti-racista, Portugal!**
Maíra Zenun
- 97 **Desaprender, reaprender a ver. Cinema, estereótipo, identificação.**
Manuela Ribeira Sanches
- 107 **Racismo Institucional**
Marta Araújo
- 115 **Ainda estamos a falar disto, com novas feridas abertas: um testemunho**
Marta Lança
- 125 **O que significa ser anti-racista?**
Miguel Vale de Almeida

- 129 Racismo: Os fatores da polarização e o seu pastor**
Pedro Schacht Pereira
- 137 A pandemia do racismo em Portugal: a face racista do coronavírus**
Pedro Varela
- 145 Explicando o Racismo Estrutural**
Rebeca Gomes de Freitas
- 151 O antirracismo é uma luta constante**
Rosana Albuquerque
- 163 Um ensaio sobre a violência policial na União Europeia**
Samara de Sena
- 171 Racismo e Democracia**
Silvia Maeso · Danielle Araújo
- 181 Como uma cobra saída de uma pedra**
Teresa Fradique

micar

- 188 Eu não sou Pilatus**
Welket Bungué
- 189 What you gonna do when the world's on fire?**
Roberto Minervini
- 190 Atlantiques**
Mati Diop
- 191 Ceuta, douce prison**
Jonathan Millet e Loïc H. Rechi
- 192 Black Sheep**
Ed Perkins
- 193 Show Me Democracy**
Dan Parris
- 194 Opré Chavalé**
Tiago Cravidão
- 195 Our School**
Mona Nicoara e Miruna Coca-Cozma

exposição

- 196 The Black Revolution**
Diogo dos Santos

sessões

- 199 Programa**
Pequeno Auditório, Rivoli

① **“Pretoquês/pretuguês”
— breves notas sobre o papel do
racismo na construção histórica
de um não-lugar de fala**

ANA RAQUEL MATIAS
ISCTE, CIES-ISCTE

PAULO FEYTOR PINTO
Associação de Professores para a Educação Intercultural (APEDI)

O modo como percebemos hoje as diferentes formas de falar e escrever em português, e como reconhecemos essa diversidade à escala global, obriga-nos a uma viagem na história rumo a processos sociais, políticos e económicos implicados na formação das variantes que atualmente (re) conhecemos. E nessa viagem no tempo, encontramos raízes históricas que remontam à economia escravagista e, posteriormente, à época colonial, cujas profundas desigualdades sociais e raciais estiveram na base do aparecimento de variantes ditas não dominantes da língua portuguesa.

À medida que a influência europeia se expande no globo, observa-se aquilo que Veronelli (2015) identifica como sendo colonialidade da língua, ou seja, um longuíssimo processo iniciado no século XV, que foi tornando possível transformar um ideal ficcional de raça, e a sua negação de humanidade, em realidades sociais, políticas e económicas muito concretas, através das instituições, leis, comportamentos, práticas e aspirações que perduraram durante vários séculos. Na sustentação ideológica que promoveu esta indesejada transformação, encontramos a imposição de relações hierárquicas entre língua e humanidade, onde as línguas europeias se apresentavam como superiores às línguas não-europeias (Veronelli, 2015; Rosa & Flores, 2017) e a definição do “Outro”, escravizado ou colonizado, se materializou na perceção que os sujeitos racializados, linguisticamente são também falantes de línguas ditas inferiores (Veronelli, 2015: 108, 113, 117).

Essa inferiorização não foi estanque em toda a história de (des)encontro entre povos e culturas, como nos esclarecem inúmeros autores. Por exemplo, Makoni & Pennycook (2007), discutidos em Rosa & Flores (2017), descrevem como é que os sujeitos racializados enquanto “Outros” são primeiramente categorizados como falantes de línguas inferiores não humanas, portanto falantes de “não-línguas”; para serem posteriormente percecionados como falantes de línguas inferiores em termos de desenvolvimento humano; e mais recentemente, falantes de línguas que apresentariam défices de vocabulário em termos de linguagem científica e de necessidades do mercado global. Todas estas formas de categorização das línguas não-europeias têm privilegiado abordagens deficitárias sobre

a diversidade linguística, onde a europeidade se manteve como a referência central das normas prestigiadas. Consequentemente, a estigmatização exercida durante este longo período histórico da modernidade limitou significativamente, e até há bem pouco tempo, melhores possibilidade de estudo, descrição científica, e também por isso de reconhecimento, das variantes das línguas europeias que se foram desenvolvendo fora do continente europeu.

O início desta história foi, infelizmente, brutalmente violento no tratamento permitido sobre as práticas e competências linguísticas das populações escravizadas, e mais tarde, colonizadas. Recordemos a forma como a distribuição dos africanos escravizados era feita nas plantações portuguesas (e mais tarde brasileiras) no Brasil, em que se separavam propositadamente populações com a mesma origem e falantes da(s) mesma(s) língua(s), não apenas para evitar que estes pudessem comunicar, mas também com o objetivo de promover as línguas conhecidas e faladas pelas classes que os dominavam (Carboni & Maestri, 2012: 28, 42). Kilomba (2019), e antes dela Handles & Hayers (2009), recordam ainda que, durante mais de 300 anos, os africanos escravizados que trabalhavam nas plantações eram submetidos a um instrumento de tortura caracterizador do projeto colonial, a máscara. Usando a boca como “uma metáfora para a posse”, esta máscara tinha como objetivo impedir que estes não falassem nem comessem, por exemplo, a cana de açúcar e o cacau. Por outras palavras, “falar” e “comer” foram aqui projetos análogos da escravatura e do colonialismo, através dos quais aqueles que “não são ouvidos” se transformam “naqueles que não

pertencem”. Esta forma de dominação dá-se, assim, pela via da racialização linguística que reduziu, deste modo, os falantes escravizados a seres humanos incapazes de interlocução, “assumindo o outro como silencioso e incapaz de expressividade racional” (Veronelli, 2015: 127, 128–129).

Apenas uma década depois dos primeiros africanos subsaarianos escravizados terem chegado a Portugal, meados do século XV, desenvolveram-se atitudes discriminatórias relativamente à forma como estes africanos falavam português, desqualificando-os linguisticamente. Por exemplo, em sátiras sociais de 1455, as práticas linguísticas dos sujeitos escravizados eram representadas como singularidades linguísticas caracterizadas pelo uso de formas incoerentes de linguagem, categorizadas como “língua de preto” (Pereira, 2002, 2006; Henriques, 2009). Também nas peças de teatro de Gil Vicente, entre 1522 e 1524, os africanos eram inferiorizados “através de uma utilização caricatural da sua maneira de falar o português” (Pereira, 2002; Henriques, 2009: 81), e ainda no final da década de 1750, almanaques e inúmera imprensa escrita faziam uso de expressões que promoviam a discriminação linguística destas populações, como “língua do negro”, “guinéu”, “língua da Guiné”, (Tinhorão, 1988: 202, 207, in Carboni & Maestri, 2012: 44–45).

Estas formas caricaturais de representar as línguas e as práticas das populações africanas de então, eram não só altamente discriminatórias como enviesadas, visto que não é o falante que fala, mas sim “a institucionalização das relações históricas entre aquele que cita e aquele que é citado” (Inoue, 2003: 164). Observamos, novamente, a inferioridade enquanto pressuposto (Veronelli, 2015: 120) pela

utilização de uma violência epistémica que limita as possibilidades dos sujeitos socialmente inferiorizados de expressarem a sua perspectiva relativamente às representações dos seus próprios atos de fala. Trata-se, portanto, da continuidade dos processos anteriores de racialização linguística, em que os atos de fala reconhecidos e a sua subsequente alteridade são agora ditados unilateralmente por um poderoso aparelho linguístico. Esta prática perdurou até ao século XIX, quando a crença predominante entre cientistas, militares, religiosos e outros atores políticos, era da inferioridade dos sujeitos africanos, continuamente expostos em exposições, revistas e congressos (Cabecinhas & Cunha, 2003), e para estes casos, simultaneamente desprovidos do seu próprio discurso.

Tais ideologias alimentaram o ideal da missão civilizadora portuguesa nos territórios africanos então ocupados, nomeadamente aquando a implementação de uma política colonial de assimilação, entre 1836 e 1961, que culminou em 1954 na diferença legal entre grupos populacionais em Angola, Guiné Bissau e Moçambique. Definiram-se diferentes estatutos de cidadania com base em critérios de diferenciação social e racial — os indígenas portugueses e os cidadãos portugueses — a partir da aplicação de cinco critérios que deveriam ser cumpridos pelos primeiros se quisessem adquirir a cidadania portuguesa. Pretendia-se, supostamente, civilizar e nacionalizar os sujeitos colonizados. Um desses critérios era, precisamente, a proficiência em língua portuguesa (Pinto, 2001: 88–89). No entanto, a maioria da população africana não tinha, então, acesso ao sistema escolar vigente e, como tal, às profissões, à norma metropolitana da língua portuguesa e ao conhecimento dos

direitos atribuídos a cidadãos portugueses, consequentemente, à cidadania portuguesa. Esta desigualdade estrutural muda apenas durante um curto período, entre 1961 — quando as guerras pelas independências rebentam provocando a abolição da política de assimilação — e a independência dos territórios em 1973–1975 (Cabecinhas & Cunha, 2003).

Este legado da escravatura e, mais recentemente, do colonialismo levou a que posteriormente o termo pejorativo “pretuguês” ou “pretoguês” fosse utilizado para fazer referência ao “português dos pretos”, fruto da combinação entre “preto” e “português”, e resultando num parónimo de “português”, assumindo que seria a forma como um africano o diria. Ou seja, a palavra “pretuguês/pretoguês” seria a palavra em “pretoguês” para dizer “português”. Estes termos foram aplicados tanto ao português falado pelas populações negras como às línguas crioulas de base lexical portuguesa de Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe, que desde o século XVI até há pouco tempo foram consideradas corrupções africanas da língua portuguesa, associadas à “língua de preto” ou “fala da Guiné” (Pereira, 2002: 250).

Segundo Henriques (2009), estes mecanismos de desvalorização e de ridicularização dos falantes africanos persistiram na tradição oral do português contemporâneo, sendo no entanto um tabu porque nunca incluído nos dicionários, apesar do seu uso comum, como se pode verificar nos milhares de ocorrências da palavra “pretuguês/pretoguês” possíveis de encontrar no Google. Em suma, as diferentes etapas históricas da governamentalidade colonial anterior, limitaram significativamente o acesso a formas legítimas e oficiais das línguas europeias, onde a língua portuguesa não foi exceção, sendo que só recentemente se observa algum

reconhecimento da diversidade linguística que efetivamente teve lugar. Agora, a forma como hoje olhamos para essa diversidade, e como reconhecemos a transformação do uso das expressões discriminatórias referidas acima em processos de afirmação de uma africanização do português (por exemplo, na discussão sobre a existência de um português afro-brasileiro, Oliveira, 2017), carece ainda, tanto na Europa como fora dela, de estudos e análises mais aprofundados.

Referências

- Cabecinhas, R. / Cunha, L. (2003): *Colonialismo, identidade nacional e representações do “negro”*, Estudos do Século XX, 3, 157-184.
- Carboni, F. / Maestri, M. (2012): *A Linguagem Escravizada. Língua, história, poder e luta de classes*, 3.ª Ed. São Paulo. Editora Expressão Popular.
- Clyne, Michael G. (1992) (ed.). *Pluricentric Languages: Differing Norms in Different Countries*. Berlin / New York. De Gruyter.
- Fanon, Frantz (1975): *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Porto. Paisagem. Mutações.
- Handles, J. / Hayers, K. (2009): “Escrava Anastácia: The Iconography History of a Brazilian Popular Saint”, In: *African Diaspora*, 2. pp. 25-51.
- Henriques, Isabel Castro (2009): *A Herança Africana em Portugal*. Lisboa. CTT Correios de Portugal.
- Inoue, Miyako (2003): “The listening subject of Japanese modernity and his auditory double: Citing, sighting, and siting the modern Japanese woman.” *Cultural Anthropology*, 18(2):156-93.
- Johnson, D. C. (2009): “Ethnography of language policy”, *Lang Policy*, 8:139-159
- Kilomba, Grada (2019): *Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Quotidiano*. Lisboa. Orfeu Negro.
- Muhr, Rudolf (ed.) (2012): *Non-Dominant Varieties of Pluricentric Languages. Getting the Picture: In Memory of Michael Clyne*. Frankfurt. Peter Lang Verlag.

Oliveira, Luma (2017). *Lélia Gonzalez e o português afro-brasileiro como ato político e de resistência*. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. <https://www.ceert.org.br/noticias/genero-mulher/15594/lelia-gonzalez-e-o-portugues-afro-brasileiro-como-ato-politico-e-de-resistencia> (acedido a 31-10-2019)

Pereira, Dulce (2002): “A Linguagem dos Escravos Negros em Portugal. Entre a realidade e a ficção.” In: *Atas de Colóquio, Escravatura e Transformações Culturais*. Lisboa. Vulgata. pp. 247-268.

Pereira, Dulce (2006), *Crescer Bilingue*, Edição ACIME

Pinto, Paulo Feytor (2001): *Como Pensamos a Nossa Língua e as línguas dos outros*. Lisboa. Estampa.

Rosa, Jonathan / Flores, Nelson (2017): “Unsettling race and language: Toward a raciolinguistic perspective.” In: *Language in Society*, 46. pp. 621-647.

Veronelli, Gabriella (2015): “The coloniality of language: Race, expressivity, power and the darker side of modernity.” *Wagadu*, 13:108-34.

equipa micar

Hugo Monteiro
Joana Alves dos Santos
Joana Cabral
Mamadou Ba
Marta Pereira
Nuno Silva
Pedro Daniel Ferreira
Sara Neves
Taísa Barbosa
Teresa Martins

design gráfico

Rita Ferreira

impressão e acabamentos

Rainho & Neves

tiragem

500 exemplares

ISBN

978-989-33-0983-4

depósito legal

474748/20

Porto 2020**agradecimentos**

Agradecemos a todos e todas que colaboraram na realização da 7.ª edição da Mostra Internacional de Cinema Anti-Racista. O nosso obrigado aos/às técnicos/as, convidados/as para debates e apresentação de filmes, autores/as dos textos constantes desta publicação e amigos/as do SOS RACISMO que nos ajudam a travar a luta anti-racista.

O SOS Racismo escreve de acordo com a nova grafia. A grafia adotada nos ensaios é opção de cada autor/a.



www.micar.sosracismo.pt

uma iniciativa**coprodução**

Teatro Municipal do Porto
Rivoli ● Campo Alegre

**parcerias institucionais**